

Um cravo no meio de rosas: vivências e experiências de um homem preto construído entre mulheres negras em movimento

Jaime Augusto de Jesus¹

Maria Simone Euclides²

Resumo: Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão com e sobre minhas vivências, moldado e em movimento, em contextos teóricos, práticos e políticos, em prol da igualdade nas relações raciais e de gênero, tanto dentro quanto fora da universidade. Assim, este artigo faz uma discussão ampliada sobre os caminhos percorridos por um indivíduo preto retinto, desde a infância até a sua integração ao feminismo interseccional na idade adulta, dentro de uma dimensão colaborativa, e como iniciante na academia enquanto estudante do mestrado. O texto é parte da minha dissertação de mestrado apresentada a um Programa de Pós-graduação em Educação de uma universidade federal. Recorro aos recursos metodológicos da autoetnografia feminista negra para construir uma narrativa sobre o caminho aberto por ativistas negras, residentes num bairro de periferia em uma cidade no interior do estado de Minas Gerais, e sobre a minha constituição enquanto um homem negro, em diálogo e em movimento com essas mulheres. Essa construção do eu interseccionalizado pelos vieses de gênero, raça, classe e sexualidade reflete a atuação dessas mulheres que, atualmente, formam o núcleo do movimento negro local. Neste artigo, ousou apresentá-las e me coloco na posição de aprendiz, atuando junto ao movimento e enquanto pesquisador universitário sob orientação de uma docente preta. A partir desses encontros, que vão da militância à pesquisa, os caminhos se afunilaram nas percepções analíticas e políticas sobre questões raciais, de gênero, classe e sexualidade.

Palavras-chave: Autoetnografia. Interseccionalidade. Mulheres negras.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Especialista em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros PUC/Minas; graduação em Pedagogia- Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: jaime.jesus@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0682307293654094>. ORCiD: <https://orcid.org/0009-0006-5412-086X>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; Professora Adjunta no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa - MG. E-mail: maria.euclides@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059427522545695>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-2409-9303>.

Diálogos iniciais

Este artigo tem por intuito promover uma reflexão com e sobre minhas vivências, moldado e em movimento, em contextos teóricos, práticos e políticos, em prol da igualdade nas relações raciais e de gênero, tanto dentro quanto fora da universidade. Assim, este artigo faz uma discussão ampliada sobre os caminhos percorridos por um indivíduo preto, retinto desde a infância até a sua integração ao feminismo interseccional na idade adulta, dentro de uma dimensão colaborativa, e como iniciante na academia enquanto estudante do mestrado.

Para tanto recorro aos recursos metodológicos da autoetnografia feminista negra para construir uma narrativa sobre o caminho aberto por ativistas negras, residentes num bairro de periferia em uma cidade no interior do estado de Minas Gerais, e sobre a minha constituição enquanto um homem negro, em diálogo e em movimento com essas mulheres. Essa construção do eu interseccionalizado pelos vieses de gênero, raça, classe e sexualidade reflete a atuação dessas mulheres que, atualmente, formam o núcleo do movimento negro local. Neste artigo, ousou a apresentá-las e me coloco na posição de aprendiz, atuando junto ao movimento e enquanto pesquisador universitário sob orientação de uma docente preta. A partir desses encontros, que vão da militância à pesquisa, os caminhos se afunilaram nas percepções analíticas e políticas sobre questões raciais, de gênero, classe e sexualidade.

Deste modo, neste texto autoetnográfico fruto de “saberes interseccionais” (Mesquita, 2022, p. 239) adquiridos na convivência com mulheres negras e pretas, retorno a esses saberes construídos nas relações de amizade, que caminharam (ancestrais) e caminham comigo ao longo da vida, para refletir sobre minha trajetória de vida.

O texto está dividido nas seguintes seções: autoetnografia negra como método de escrita e pesquisa; todos os caminhos vêm de um só caminho e se encontram em encruzilhadas de experiências e aprendizados: a interseccionalidade enquanto eixo analítico de este artigo, apresentação do chão que piso e me formo, o racismo e sua persistência cotidiana em vidas negras; das dores do racismo ao aquilombamento; o acolhimento na Casa Afro Ganga Zumba, militância e pesquisa.

Autoetnografia negra como método de escrita e pesquisa

Maria Simone Euclides e Joselina da Silva (2024) apresentam a autoetnografia negra enquanto proposta teórica, política e analítica, na qual os sujeitos que narram têm autoria e autoridade para refletirem sobre suas *práxis* e suturas. Segundo as autoras, as autoetnografias negras permitem que os eus se amplifiquem ao compreender que as questões raciais e de gênero afetam um coletivo maior, imerso na sociedade racista e patriarcal; o individual se torna também coletivo.

A escrita e pesquisa autoetnográficas surgem na minha vida acadêmica pela necessidade de me revelar na introdução do texto de pesquisa. Minha orientadora de mestrado, uma mulher preta retinta acolhedora, com um olhar generoso, ao ler o introito da pesquisa disse que “não me via no texto”. Fiquei confuso, pois desde a graduação, ouço professores e orientadores dizerem sobre objetividade e imparcialidade no trabalho de pesquisa. Como poderia me mostrar subjetivamente em um texto técnico e acadêmico? Foi a partir desse questionamento que iniciei o estudo sobre autoetnografia para a construção e produção do trabalho de pesquisa.

A autoetnografia feminista negra é uma metodologia utilizada por pesquisadoras brasileiras, como Maria Simone Euclides e Joselina da Silva. As ferramentas dessa abordagem podem ser ajustadas à escrita de textos narrativos que tratam da experiência e vivência do autor. Trata-se de um texto criativo, “é uma autonarrativa” (Euclides; Silva, 2024, p. 176) que busca respaldo na teoria social da raça e no feminismo interseccional. Por se tratar de escrita sobre vivências e experiências individuais, produzidas em primeira e terceira pessoa, essa abordagem é subjetiva, mas sem perder o rigor e embasamento teórico-científico. A autoetnografia busca a verdade do pesquisador e de seu grupo social, descreve a realidade (Euclides; Silva, 2024).

Euclides e Silva (2024) acreditam que a autoetnografia negra é um método de pesquisa que pode ser considerado um pré-paradigma, mas que está prestes a se tornar um paradigma, graças à presença crescente de estudantes negros/as e pretos/as nas universidades brasileiras. Essa mudança, impulsionada por ações afirmativas – como as cotas raciais para estudantes negros/as no ensino superior e na pós-graduação, bem como

pela Lei n. 12.711/2012 e a Lei n. 12.990, que reservam 20% das vagas nos concursos para professores negros/as nas universidades federais e estaduais – está lentamente transformando as realidades das universidades públicas brasileiras, com impactos positivos nas pesquisas acadêmicas.

Assim, os/as estudantes e professores/as levam para as universidades demandas que transformam em temáticas de pesquisas, nas quais propõem novas epistemologias e agendas de pesquisas. A autoetnografia negra é pensada nesse contexto como uma alternativa de escrita que se distancia da ortodoxia acadêmica. Ancora-se em princípios como o respeito aos lugares epistêmicos de enunciação e à reverberação de novas formas de compreender as experiências individuais e coletivas do racismo, sexismo e classicismo, tanto dentro quanto fora do universo acadêmico.

Todos os caminhos vêm de um só caminho e se encontram em encruzilhadas de experiências e aprendizados.

Crenshaw (2000) cunhou, provisoriamente, a categoria analítica interseccionalidade no âmbito do direito para auxiliar na compreensão da complexidade dos cruzamentos das opressões que se entrelaçam e se complementam sincronicamente sobre a mulher de tez preta. Crenshaw (2004), por meio do conceito de interseccionalidade, estruturou um método que possibilita refletir as consequências estruturais, as dinâmicas e as interações das opressões que envolvem a mulher negra. O conceito de interseccionalidade admite que as pessoas negras não podem ser definidas apenas por uma única identidade, mas por um conjunto de características que inclui raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras. Assim, as opressões que as mulheres enfrentam podem variar conforme a combinação dessas identidades. Uma mulher branca, por exemplo, pode viver situações de opressão diferentes das enfrentadas por uma mulher negra, devido às intersecções de raça.

Para Collins e Bilge (2021), a categoria é também metodológica e analítica, porque permite localizar as opressões e transformá-las. Portanto, a interseccionalidade pode ser aplicada para analisar outras identidades de gênero que se entrelaçam, como

raça, e classe social e variadas formas de opressões. Ela possibilita analisar a estrutura de poder e as desigualdades interseccionais, de modo a suplantá-las.

Para Kyrillos (2024), a interseccionalidade de Patrícia Hill Collins deve ser compreendida, analisada e finalmente aplicada como teoria social crítica. Essa abordagem não se refere apenas à interpretação das estruturas sociais que mantêm o poder, mas também à transformação e o combate ao poder estruturalmente instituído para promover a justiça social. Portanto, a interseccionalidade busca compreender, confrontar e resistir às relações de poder para provocar mudanças estruturais na sociedade.

De acordo com Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade tem aspectos importantes a serem considerados, como a coalizão. Para haver coalizão verdadeira, grupos interseccionalizados devem falar sobre as opressões que sofrem, apontarem caminhos e direções para saírem das situações que os oprimem. A coalizão nasce do diálogo entre pessoas que se encontram na encruzilhada interseccional. Nesse caso, a interseccionalidade não é somente um método de pesquisa acadêmica, é, também, ferramenta importante de intervenção nas realidades impostas às mulheres de tez pretas; por isso, é uma ferramenta de empoderamento feminino negro.

Akotirene (2021) aproxima a categoria analítica encruzilhada com a ideia de interseccionalidade. Na encruzilhada, vários caminhos se encontram, simbolizando as diversas identidades que também se cruzam na avenida das opressões. É na encruzilhada que diferentes sistemas de opressão se conectam, criando experiências únicas. Porém, a encruzilhada é também um lugar de possibilidades, onde são negociadas as “coalizões” (Akotirene, 2021, p. 50). A interseccionalidade, portanto, é uma categoria analítica que explica parte das realidades de opressão, na qual está inserida a mulher preta. Nós, homens pretos, também sofremos os impactos da interseccionalidade, ora de forma direta, ora de forma indireta. Vejamos o exemplo: uma família preta chefiada por uma mãe solo também preta com 6 crianças, três meninas e três meninos residente na periferia de uma pequena cidade ou em uma favela nos grandes centros urbanos, que executa trabalhos domésticos, sai de casa aos finais das madrugadas para trabalhar no centro da cidade. Nesse caso, os filhos garotos sofrem os impactos da interseccionalidade que intencionam sua mãe e as demais mulheres da família. Portanto, se alguém de uma família está na

interseccionalidade, ele leva os demais membros à essa condição. Ademais, a interseccionalidade não se esgota aqui, trata-se de uma categoria que nos impõe várias reflexões e nos auxilia na compreensão da trajetória de vida do autor, em seus encontros com as opressões individuais e coletivas.

Do chão que piso e define quem sou

Meu encontro com a minha ancestralidade ocorreu no final da década de 60, num bairro periférico onde nasci e vivi minha infância. À margem de um rio caudaloso, uma estrada cortava a paisagem, e acima dela passava uma ferrovia. Curiosamente, a cada três horas, passavam locomotivas cujos apitos serviam como marcadoras de tempo para as mulheres da vizinhança, que se orientavam para realizar tarefas domésticas, como servir o almoço e banhar as crianças.

Sempre residi na periferia, um território onde as relações afetivas são muito fortes. Durante toda minha vida, fui acolhido pelas senhoras vizinhas e colegas de minha mãe, algumas das quais eram comadres, outras parentes e conhecidas que frequentavam nossa casa. Em companhia dessas mulheres, ainda pequeno, íamos apanhar madeiras para cozinhar os alimentos. Para mim, essa era uma atividade lúdica, brincava pelas campinas e capoeiras, subia em árvores enquanto as mulheres recolhiam madeiras secas pelo chão.

Sempre estive em companhia de mulheres. Elas conversavam sobre diversos assuntos: relações conjugais, conflitos, infidelidade dos maridos, educação dos filhos, sexo, amores, entre outros. Ignoravam minha presença, e os assuntos fluíam como se eu não estivesse ali. Ouvia toda conversa, mas não conseguia assimilar o que era dito, devido à minha incompreensão sobre os assuntos.

Não havia fornecimento de água tratada em alguns bairros da cidade. Os moradores que residiam na parte alta abasteciam seus reservatórios com água transportada de uma bica comunitária, que funcionava apenas à noite e, raramente, por algumas horas pela manhã. Durante o intervalo entre a coleta de água na bica e o abastecimento dos reservatórios em suas casas, as mulheres conversavam também sobre assuntos agradáveis - antigos amores, passeios e festas.

Na cidade pequena, havia o hábito de transportar o almoço para os maridos e para os filhos mais velhos que trabalhavam fora, numa época em que havia poucos restaurantes. Os alimentos eram consumidos entre 11h e 12h, horário do almoço. Normalmente, quem transportavam os alimentos eram as crianças, as esposas ou sogras. Outras mulheres que, por algum motivo, não podiam levar a comida ao marido, enviavam uma de suas crianças, em companhia de outras mulheres que se dispunham a cuidar delas durante o trajeto de casa até o local de trabalho dos homens.

A cidade onde nasci foi construída às margens do rio que a divide em duas partes ligadas por pontes, dando acesso aos bairros em pontos específicos. Eu e minha irmã transportávamos o almoço para meu pai acompanhados de uma vizinha. Minha mãe nos orientava a não atravessarmos o pontilhão de ferro, pois a passarela era construída com tábuas que, de vez em quando, se soltavam, deixando aberturas perigosas. O pontilhão dava acesso ao local onde meu pai trabalhava na construção civil. Para nossa segurança, ele atravessava o pontilhão ao nosso encontro na outra margem do rio. Ele se sentava no passeio e almoçava sem privacidade, pois os transeuntes observavam sua marmita e os alimentos contidos nela. Eu e minha irmã brincávamos ao seu redor.

Aos sete anos de idade, minha mãe me matriculou no antigo pré-primário, que funcionava no período da tarde, em outro bairro. Eu morava num bairro sem estrutura: não havia água encanada, redes de coleta de esgoto, pavimentação nas ruas e nem energia elétrica. Na época de chuvas, era impossível ir à escola, porque quase não se conseguia chegar seco e limpo.

Evadi-me da escola para trabalhar como trabalhador rural, a fim de auxiliar nas despesas domésticas, especialmente porque, nessa época, meu pai adoeceu. Sob a responsabilidade de minha madrinha, fui trabalhar no corte de cana-de-açúcar e colheita de café, enquanto ela cuidava de mim durante as atividades laborais. O trabalho infantil era uma realidade nas vidas de famílias empobrecidas naquela época, por volta de 1983.

As madrinhas assumiam compromisso de zelar pela segurança de seus afilhados e afilhadas na ausência dos pais, formando redes de apoio entre as mulheres. O primeiro dia de trabalho foi difícil, já que eu não tinha experiência com o trabalho braçal. No sexto dia, fui vítima de um acidente com animal peçonhento, um escorpião, fiquei mal e tive

que ser hospitalizado. O acidente aconteceu pela manhã. Fui cuidado pelas mulheres durante o dia e, à tarde, fui encaminhado ao hospital. Após dias de internação hospitalar, retornei ao trabalho.

De segunda-feira a sábado, em dias úteis, saíam dos bairros periféricos da minha cidade caminhões *lotados* de homens, mulheres, negros/as e pretos/as, brancos/as de baixa renda, principais forças de trabalho das lavouras. Além de crianças negras, pretas e brancas em direção às plantações de cana-de-açúcar para abastecer de matéria prima as usinas açucareiras da região. Trabalhando na lavoura, decidi retornar à escola para concluir meus estudos na educação integrada, no período noturno, numa Escola Estadual e, posteriormente, me profissionalizar. Em um ano, concluí o segundo, terceiro e quarto anos do primário.

Após concluir o curso primário, realizei um curso profissionalizante de atendente hospitalar; com o objetivo de cuidar de pacientes hospitalizados. Outra vez, estava em um grupo compostos por mulheres pretas, negras e algumas brancas. Abandonei o trabalho na lavoura e ingressei como funcionário em um hospital de pequeno porte na minha cidade, após um longo período de estágio.

As mulheres conversavam sobre todos os tipos de assuntos, suas frustrações conjugais, opressões, maternidade, relacionamentos afetivos, entre outros. Mais amadurecido, fui penetrando no universo das mulheres descobrindo sobre suas dificuldades, fragilidades, potencialidades e os enfrentamentos à estrutura de poder patriarcal. Trabalhei no hospital durante o período de doze anos.

Concomitante ao trabalho no hospital, retornei à escola para reiniciar meus estudos. Realizei o curso noturno na Educação de Jovens e Adultos (EJA), após um exaustivo plantão de oito horas no hospital. Foi em meio às dificuldades, porém com muita disciplina e dedicação, que consegui avançar nos estudos. Enfrentava desafios para apreender os conteúdos das aulas, por isso sempre procurava colegas que haviam avançado para me auxiliarem, especialmente nas disciplinas de matemática, física e química, nas quais tinha mais dificuldades.

Após concluir a Educação de Jovens e Adultos (EJA), matriculei-me em um curso preparatório para o vestibular durante dois anos. Ao término desse período, fui aprovado

no concurso de vestibular para o curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Após conquistar a vaga no curso de Pedagogia, deixei o trabalho no hospital, dedicando-me integralmente ao curso superior, o que exigiu me mudar da minha cidade natal.

Foram quatro anos de estudos intensos. Para superar algumas defasagens escolares acumuladas ao longo dos anos, participei de todos os cursos de extensão universitários oferecidos pela Faculdade de Educação, incluindo Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Produção de Textos, Programa de Iniciação Científica, entre outros. Mantive uma rotina de estudo intensa, dedicando seis horas diárias, além dos horários das aulas.

Do racismo e sua persistência cotidiana em vidas negras

O racismo em minhas relações sociais se manifesta de acordo com as fases da vida. Em cada período da existência, ele produz efeitos diferentes, impactando minha identidade. Durante a infância, manifestava-se nas rejeições que eu sofria por parte de professores e colegas de classe. Na pré-adolescência e adolescência, manifestava-se em agressões verbais e simbólicas. Na idade adulta, percebo que ele se manifesta em todos os setores e instituições sociais.

Lembro-me das brincadeiras de roda da minha infância. Cantávamos uma parodia extremamente racista durante essas brincadeiras. Era mais ou menos assim: “Ó preta, ó preta, nariz de broa, jogou a casca, que coisa boa, meu senhor. Fui passando por de traz da bananeira, vi um preto e uma preta e acabou a brincadeira, Dô Tin Dô Lê Lê, Dô Tin Dô Lê Lê”. Desde a infância, os racistas utilizam brincadeiras de crianças para reproduzir estereótipos negativo à população negra. Assim, colonizam nossas mentes, levando-nos a construir imagens negativas sobre nós e nosso grupo racial.

Estereótipos são ideias preconcebidas que acabam colocando as pessoas nos mesmos níveis. Ao criar rótulos, prescrevem comportamentos e padronizam imagens de indivíduos pertencentes a grupos específicos. Como afirma Bueno (2020), os estereótipos estão relacionados aos comportamentos femininos e masculinos e, infelizmente, eles estão presentes no inconsciente coletivo.

De acordo com Lessa (2020), se um indivíduo ou grupo de pessoas negras e pretas tem uma imagem distorcida de si mesmo, construída a partir de valores da branquitude, ou seja, se aprende a fazer uma leitura do mundo de acordo com os valores dos grupos representados pelos indivíduos e grupos de pessoas brancas, isso significa que sua mente está colonizada. A colonização da consciência é um estado alterado da mente de uma pessoa que não sabe ao certo qual lugar ocupa no mundo e a qual grupo racial pertence de fato. Na construção de sua subjetividade, não busca referência em seu grupo racial, mas sim no grupo racial hegemônico que se impõe como referência. A colonização da consciência altera o sentido da existência das pessoas negras e pretas.

As crianças negras e pretas, durante a pré-escola, frequentemente sentem-se solitárias e têm dificuldades em fazer amizades com os colegas, por não serem aceitas. Elas são tomadas por um “sentimento de inadequação” (Ribeiro, 2019, p. 11) e podem viver em solidão no ambiente escolar, em um sofrimento tão intenso que pode provocar sua evasão. Às vezes, as crianças negras e pretas revidam as agressões raciais com violências físicas contra as crianças brancas. Em muitos casos, como mostra Cavalleiro (2000, p. 46), “as crianças são incentivadas pela professora a revidarem as agressões sofridas na escola, não são levadas a refletir sobre o momento de agressividade”.

Minha mãe advertia sobre o abuso que as crianças brancas exerciam sobre as crianças negras. Ela dizia: “Olha, não vai brincar com fulano, porque ele é branco, abusará de você”. Hoje acredito que esse *abuso* ao qual minha mãe se referia eram atitudes racistas manifestadas entre crianças em situação de disputa durante as brincadeiras. Sua intenção era me proteger do racismo praticado por crianças brancas.

Às vezes, reflito sobre como o racismo me impactou e definiu alguns dos meus comportamentos de insegurança e de isolamento naquela época. Dificilmente saía do bairro onde morava, talvez fosse uma maneira de me proteger. Quando saía para me divertir, era geralmente na companhia de minhas irmãs mais novas. Quando não tinha a companhia delas, saía só.

Cavalleiro (2000) faz um alerta aos pais e responsáveis, afirmando que as crianças não nascem racistas. Todos os racistas aprendem a radicalizar os outros com alguém. No caso das crianças, aprendem a odiar os outros com base em suas características físicas,

quando os conflitos raciais não são problematizados. A presença de atitudes e falas racistas em crianças significa também a presença do racismo em algumas das pessoas com quem convive.

Na pré-adolescência e adolescência, o racismo adquiriu novas camadas, tornando-se mais intenso. Em minha cidade natal, no final da década de 1980 e início da década de 1990, havia dois bairros comerciais e residenciais vizinhos, separados por uma avenida. Um desses bairros abrigava uma danceteria frequentada pelos adolescentes e jovens da cidade, enquanto no outro bairro, estava localizado um bar dançante. Ambos os estabelecimentos funcionavam durante os finais de semana.

O salão de baile da danceteria era frequentado por jovens das camadas populares, trabalhadores e estudantes negros/as, além de alguns brancos/as de baixa renda, moradores dos bairros periféricos da cidade. Os jovens se reuniam nos finais de semana para se divertir e paquerar. Por outro lado, o bar dançante era frequentado por jovens brancos/as pertencentes à classe média. Apesar da proximidade espacial entre os estabelecimentos, os/as jovens brancos/as de classe média intencionalmente não frequentavam o salão de baile da danceteria. Se, porventura, jovens negros/as e pretos/as se aventurassem a frequentar o bar dançante, eram observados/as com certa desconfiança, e rotulados como “caçadores de encrenca”. Isso era uma indicação tácita de que ali não era lugar deles/as.

Algumas vezes me aventurei a romper a barreira simbólica e visitar o bar dançante, mas era invisibilizado pelos/as jovens brancos/as que frequentavam aquele lugar. Por mais que me esforçasse, usando *roupas de marca*, não conseguia alcançar o padrão deles. Demorei a perceber que era a cor da minha pele que me tornava inadequado para aquele ambiente. Pois, como ensina Gomes (2022, p. 61), “a opressão, a discriminação e a desigualdades raciais [...] atravessam e atingem todos os corpos negros e a herança ancestral africanas inscrita na pele”.

Como já mencionado anteriormente, eu saía com pouca frequência para me divertir e fazer coisas que jovens gostam de fazer, como dançar e frequentar festas. Durante o curso noturno na EJA, tinha alguns amigos, mas somente no espaço da sala de

aula. Talvez para evitar constrangimento, não ampliava minha rede de relacionamentos sociais para além dela.

Na juventude, o racismo também estava presente. Na época em que trabalhava no hospital, enfrentei manifestações racistas de médicos, funcionários e acompanhantes de pacientes. No hospital onde trabalhei durante doze anos como atendente e auxiliar de enfermagem, o racismo era escancarado. Nesse emprego, convivi ininterruptamente com o racismo sem ter plena consciência disso, vivia em constante estado de negação. Por um lado, negar o racismo me protegia do sofrimento. Recordo-me com dor profunda de dois médicos que nunca se dirigiram diretamente a mim, não me orientavam sobre os procedimentos de cuidados com os pacientes, mas orientavam a um colega para que eu pudesse escutar.

Certa vez, durante as visitas médicas matinais aos pacientes, três médicos conversavam no balcão, uma espécie de escritório que usavam para prescrever procedimentos e medicamentos. Naquele momento, o programa de domingo à noite da Rede Globo, “Fantástico”, exibiu uma reportagem sobre um jovem *hacker* da Inglaterra que havia hackeado as contas dos correntistas, resgatando centavos e acumulando uma fortuna. Entretanto, o *hacker* foi descoberto pelas autoridades do serviço secreto inglês. Um dos médicos ficou admirado que um garoto tão inteligente branco e, segundo ele, imerso em uma cultura superior, ter sido descoberto. Um dos médicos afirmou que “parece preto” e os colegas brancos de profissão ficaram calados, visivelmente constrangidos.

De acordo com Kilomba (2019), a vítima de racismo cotidiano é frequentemente exposta à execração pública. Há sempre três indivíduos ou mais envolvidos nessa dinâmica de desqualificação, onde a pessoa negra ou preta é atacada por pessoas brancas, que proferem piadas jocosas ou ofensivas, ou fazem observações comportamentais de cunho vexatório. Os brancos que participam desse sistema podem considerar exagerada a atitude do colega, mas permanecem em silêncio, representando o “consenso branco” (Kilomba, 2019, p. 23).

A experiência com racismo antinegro sempre marca negativamente as pessoas negras e pretas. Não há como escapar dele, está presente nas práticas sociais, assim afirma

Gomes (2022, p. 25), a “raça nos atravessa e nos marca indelevelmente. Seja positivamente como parte de uma herança ancestral de luta, seja negativamente na experiência e vivência do racismo. Ou das duas maneiras”.

Gomes (2005) afirma também que homens e mulheres negros/as, pretas/os experimentam dois tipos de racismos: o institucional e o individual. O racismo institucional engendra ações seletivas baseadas na discriminação sistêmica promovida ou apoiada pelo Estado. Essas ações acontecem no isolamento territorial da população negra e preta em determinados bairros, regiões, escolas e empregos, além da ausência de políticas públicas reparatórias. Já o racismo individual, como no episódio narrado acima, se manifesta por meio de atitudes discriminatórias cometido por indivíduo contra outro, podendo atingir alto grau de violência, desde a verbal até a física.

Na Educação de Jovens e Adultos, tivemos aulas com um professor branco, extremamente racista, preconceituoso e misógino. Ele reprovou uma turma com 36 estudantes – adolescentes, jovens, homens e mulheres adultos negros e brancos. Durante as aulas, dizia em alto e bom som que todos os alunos eram “burros”, que não aprendiam os conteúdos e, portanto, não seriam aprovados, incluindo os/as alunos/as negros/as e pretos/as. Havia um silenciamento ensurdecedor da direção e do corpo técnico da escola, que estavam cientes de todos os discursos e piadas racistas e misóginas proferidas pelo professor às portas fechadas da sala. “Toda e qualquer construção racista repousa na questão das diferenças, reais ou imaginárias, entre grupos humanos” (Munanga, 1990, p. 53).

Na faculdade, também enfrentei racismo diretamente de professor. Durante o período do curso de graduação, eu (autor) sofri uma violência racista que foi um divisor de águas em minha vida. Estudávamos currículos e programas na disciplina de Metodologia do Ensino em Geografia, quando o professor abordou o assunto sobre currículo oculto. Nesse momento, ele trouxe à tona a questão da higiene individual, que normalmente não consta no currículo oficial, mas que pode ser tratada, segundo ele, no currículo oculto. Subitamente, ele afirmou que o professor deve falar sobre higiene pessoal em suas aulas, pois os alunos adolescentes não gostam de tomar banhos; em se tratando dos alunos negros, a situação se complica, pois eles naturalmente “fedem mais”.

Nessa fala, percebi que ele se referia especificamente aos/às estudantes negros/as retintos/as. Nesse momento, após sua afirmação, todos os colegas de classe aguardavam minha reação e, naturalmente, uma resposta. Emudeci, não acreditei no que ouvi; era uma manifestação repugnante de racismo com várias testemunhas.

Minha orientadora no Programa de Iniciação Científica, uma professora de Sociologia, conversou comigo, muito desapontada pelas palavras proferidas pelo colega. Ela tentou me fortalecer, ressaltando aspectos positivos sobre minha identidade e a do meu grupo racial. Dias depois do ocorrido, me presenteou com o livro intitulado *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras* (1995), de autoria de Nilma Lino Gomes, que me inseriu nas discussões raciais.

Para Ferreira (2004, p. 72), a militância ocorre na vida de um sujeito “afrodescendente” apenas após ele tomar consciência da discriminação sofrida pelas pessoas negras e pretas ao longo de suas histórias de vida. Isso geralmente acontece após conflitos raciais traumáticos, aos quais denominou de “impacto”. A experiência com o racismo desde a infância, apesar de impactante e traumática, contribuiu para que eu me tornasse um militante, não somente por uma única causa, mas por toda as formas de opressões.

Das dores do racismo ao Aquilombamento: o acolhimento na Casa Afro Ganga Zumba

O Grupo Afro Ganga Zumba foi fundamental na formação da minha consciência racial e na construção de uma identidade referenciada em valores afro-brasileiros. Portanto, faço parte da “família Ganga Zumba” (Rabelo, 2024, p. 5).

Esse grupo, fundado num município do interior de Minas Gerais, no final da década de 1980, estava localizado num bairro conhecido pejorativamente, naquela época, como Morro do Sapé. Em 2007, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares como área quilombola. As atividades do Grupo Afro Ganga Zumba tiveram início com uma apresentação de dança afro-brasileira, realizada por adolescentes pretas e negras da

comunidade quilombola, numa praça localizada em um bairro conhecido como “nobre” da cidade.

A apresentação cultural lúdica de dança afro-brasileira, na época, não foi valorizada pela população local. Para as pessoas racistas, não passavam de um “bando de garotas pretas querendo aparecer”. No entanto, essa apresentação de dança afro deu origem ao mais importante e antigo grupo de mulheres e homens negros/as e pretos/as que fazem parte do Movimento Negro municipal e da Zona da Mata Mineira. O *Ganga*, como é chamado carinhosamente pelos integrantes, é a principal referência de Movimento Negro na cidade e serviu de inspiração para a criação de outros grupos, como Herdeiros do Banzo, Grupo Zimbabwe, Família Beijo e os grupos de capoeira. Todos esses grupos, juntamente com as religiões de matrizes africanas, compõem as principais formas de resistências pretas no município (Zeferino; Castro; Passos, 2021).

Rabelo (2024) realizou estudo etnográfico com as mulheres pretas e negras do Grupo Afro Ganga Zumba nessa comunidade quilombola e constatou que foram elas que iniciaram o Movimento Negro e a luta pela igualdade racial no município. As mulheres do *Ganga* expandiram suas atividades socioculturais para além das fronteiras do município. Elas se fazem presentes na Irmandade Bantu, na Pastoral Afrobrasileira (PAB) municipal e da Arquidiocese de Mariana, também em Minas Gerais, no Fórum Mineiro de Entidades Negras (Fomene), no Fórum Pela Promoção Pela Igualdade Racial (Foppir) e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de serem convidadas para apresentações culturais em toda a região da Zona da Mata Mineira e a nível nacional.

Em junho de 2023, a Irmandade Bantu, que é o núcleo do Grupo Afro Ganga Zumba responsável pela cantoria e percussão dos cantos afromineiros e majoritariamente composto por mulheres da terceira idade, foi responsável pela abertura do evento de Relançamento do Programa Abdias Nascimento, em Brasília. O convite foi feito pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC).

As mulheres negras e pretas do Grupo Afro Ganga Zumba avançaram no sentido de realizar, na comunidade quilombola, atividades pedagógicas e culturais que visam despertar nas crianças, jovens e adultos a consciência de pertencimento racial. As

atividades, como percussão, dança afro-brasileira, cursinho pré-vestibular, oficinas de capoeira, aulas de reforço e qualificação profissional para geração de renda, como corte e costura e curso de cuidador de idosos, tinham como objetivo libertar os trabalhadores da exploração trabalhista. O curso pré-vestibular possibilitou a entrada de jovens, adultos e pessoas de meia-idade nas universidades públicas e particulares. Por meio da educação informal, o *Ganga* ajudou a romper com o ciclo de exploração de trabalhos realizados por homens/mulheres pobres, brancos/as, negros/as e pretos/as. De acordo com Campos *et al.* (2021), o município manteve um ciclo de exploração da mão de obra negra e preta por longos anos, uma vez que suas principais atividades econômicas eram o cultivo de cana-de-açúcar e de café, atividades agrícolas que demandam um número substancial de mão de obra a baixo custo.

Atualmente, o movimento negro municipal é composto por homens, mulheres, adolescentes, crianças e idosos, todos permanentemente inseridos em discussões sobre temáticas ligadas ao racismo, gênero e sexismo. Essas discussões e reflexões preparam esses ativistas para atuar nas instituições públicas municipais localizadas nas outras cinco comunidades adjacentes. Seus militantes estão inseridos nas instituições públicas como funcionários, ou como usuários dos Programas Saúde Família (PSF), do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e das escolas, estimulando debates sobre igualdade racial nos conselhos municipais, na Câmara Municipal, em templos religiosos, terreiros de candomblé e umbanda. Também é comum a ocupação de espaços públicos para denunciar o racismo.

Como afirmam Zeferino, Castro e Passos (2021), as mulheres negras e pretas que compõem o grupo, em sua maioria, são filhas, netas, sobrinhas, e afilhadas das ancestrais pretas, que permanecem vivas em suas memórias e são lembradas durante a abertura de quaisquer atividades. As mulheres do Grupo Afro Ganga Zumba atuam e transitam em espaços que reivindicam políticas públicas e direitos, buscando promover igualdade e justiça social para sua comunidade. Elas têm forte representação no Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE) e Fórum Pela Promoção da Igualdade Racial (FOPPIR). São referências na luta contra desigualdade de gênero e o racismo interseccional existente, tanto a nível municipal quanto regional, ao lado dos homens e adolescentes negros.

A ativista e intelectual Lélia Gonzalez observou e lutou bravamente para mudar algumas realidades nos movimentos negros no final dos anos 1970, destacando aspectos herdados da estrutura do patriarcado branco, que eram reproduzidos por homens pretos. Esses homens, que lutavam pela igualdade racial, muitas vezes reproduziam comportamentos de controle machista e sexista aprendidos com o homem branco. Na visão de Lélia Gonzales, os homens pretos e negros que participavam do movimento negro oprimiam suas companheiras e dominavam as falas, relegando-as a um segundo plano. As mulheres eram frequentemente encarregadas de tarefas de menor importância política dentro do movimento, como limpeza da instituição e cozinha, e eram mantidas fora das discussões. Assim, o homem preto dominava a estrutura do movimento. De acordo com Ratts e Rios (2020), as discussões avançaram com o tempo e as mulheres negras foram se tornando protagonistas de suas lutas dentro do movimento negro.

Matilde Ribeiro (2008) afirma que o movimento negro sempre contribuiu para a ampliação da participação das mulheres negras no processo de organização das agendas de lutas, referentes às suas demandas e ao combate ao racismo e sexismo. Elas influenciaram decisões importantes para políticas de estado em favor das mulheres pretas e negras, além de conduzir e participar de várias conferências no país e no exterior.

“As mulheres que compõem o Movimento de Mulheres Negras no Brasil” (Mesquita, 2022, p. 215) são dissidentes do Movimento Negro no Brasil. Ao divergirem do movimento em algumas pautas, essas mulheres vão além das discussões sobre racismo, investindo em agendas ousadas que incluem questões de gênero e opressões interseccionais. Nesse sentido, avançam na construção de saberes interseccionais produzidos no campo da *práxis* onde várias identidades dialogam. As mulheres negras e pretas reivindicam participação em setores estratégicos das instâncias públicas, como os executivos, legislativos e judiciários, além de setores econômicos e universidades. Presumidamente, as mulheres negras e pretas, ao ocuparem esses espaços, denunciam o patriarcalismo, sexismo, machismo e misoginia presentes nesses espaços de poder, que dificultam o acesso, principalmente, de mulheres negras e pretas (Mesquita, 2022).

O racismo, seja em nível individual ou institucional, atua para desqualificar quaisquer organizações políticas nas quais as pessoas negras e pretas são protagonistas.

O município em questão está imerso em uma atmosfera racista, sexista e machista. O Grupo Afro Ganga Zumba enfrentou várias tentativas de invisibilidade e apagamento ao longo dos anos; entretanto, manteve-se firme. Em virtude das lutas incansáveis de bravas mulheres e homens negros/as e pretos/as, o *Ganga* existe e resiste há mais de três décadas.

Meu ingresso no Grupo Afro Ganga Zumba aconteceu após minha formação acadêmica, há 18 anos, em 2006. Recém-formado na faculdade, com a cabeça repleta de utopias e desejos de mudar o mundo, além das dúvidas sobre meu lugar nele, fui em busca de referências negras após despertar para as questões raciais aos 36 anos. Os muitos movimentos me levaram a conhecer “Pedrinho e Efigênia”, alguns dos mais antigos “gangazumbeiros”/as (Rabelo, 2024, p. 8). Fui recebido por esse casal fundador, que me narrou a história do grupo. O primeiro encontro foi regado por xícaras de café e quitandas em uma cozinha enorme, de onde se avista uma paisagem bucólica, com uma campina onde rebanhos de gado pastam frequentemente. Em momentos memoráveis de longas conversas, eles me mostraram que o racismo antinegro e a desigualdade racial estão presentes na sociedade pontenovense, e que lutar contra e desconstruir o discurso de democracia racial vale a pena.

O Movimento Negro Popular Brasileiro sempre focou sua atenção na denúncia da suposta democracia racial, uma corrente de pensamento que nega, a todo custo, as desigualdades raciais entre pessoas brancas e pessoas negras e pretas. A ideia de democracia racial traz a crença na meritocracia, isto é, a crença na igualdade de oportunidade entre grupos raciais brasileiros, como brancos e negros. Com a defesa da ideia de democracia racial, os racistas negam a discriminação e o preconceito racial, perpetuando outras formas de desigualdade baseadas na ideia de raça (Gomes, 2012).

Assim, iniciei o meu processo de educação para as relações raciais no coração da comunidade quilombola, na Casa Ganga Zumba e nas instituições públicas da comunidade. Fui me envolvendo com as atividades, conselhos, presidências de conselhos municipais, além de participar de fóruns e conferências. Todas as atividades políticas e sociais me direcionaram para as lutas, pois “o movimento é um educador” (Gomes, 2017, p. 13).

Freitas, Felix e Carvalho (2018) acreditam que a entrada de homens no movimento feminista pode acarretar possíveis fissuras na estrutura de poder patriarcal e levar a mudanças definitivas no próprio movimento feminista e, conseqüentemente, na sociedade. Para que isso aconteça, os homens devem refletir e até renunciar a seus privilégios ligados à condição de gênero, além de repensar suas posições privilegiadas na estrutura de poder e trabalhar ao lado das mulheres em políticas que promovam a igualdade de gênero e racial. Assim, haverá um salto qualitativo enquanto sociedade. Uma fissura ainda maior ocorrerá na estrutura opressora patriarcal, quando homens fizerem do feminismo negro um “projeto político de sociedade” (Freitas; Felix; Carvalho, 2018, p. 865). A participação dos homens na luta feminista constitui avanços pedagógicos necessários para a mudança na sociedade brasileira.

Dentro do Grupo Afro Ganga Zumba existem vários grupos compostos por mulheres que estendem suas discussões e práticas para além das reivindicações do Movimento Negro. Inseridas no contexto do movimento negro, na Casa Ganga Zumba, elas ajustam suas pautas às demandas do grupo.

Meu caminhar ao encontro do Grupo Afro Ganga Zumba me permitiu refletir sobre o que ainda não havia pensado, possibilitando que eu continuasse seguindo o caminho escolhido para as lutas. O conhecimento interseccional foi sendo construído de forma processual observando e ouvindo histórias das mulheres negras e pretas desde a infância, bem como das mulheres do *Ganga*, o que me possibilitou elaborar esse texto. Vale dizer que minha adesão ao feminismo negro, como colaborador, foi uma construção coletiva com as mulheres *gangazumbeiras*, que se consolidou no curso de pós-graduação de mestrado.

A militância e a pesquisa

Após a graduação, passei um longo período fora da universidade. Durante esse tempo, realizei alguns cursos de especialização e participei de cursos de férias. No intervalo entre a graduação e mestrado, continuei envolvido no ativismo e na militância. Levar para a academia as experiências adquiridas na militância e no ativismo me tornou

capaz de dialogar de forma respeitosa e analisar cuidadosamente as trajetórias acadêmicas e profissionais de professoras pretas credenciadas nos programas de pós-graduação.

A proposta de pesquisa sobre trajetórias e vivências de docentes pretas nos programas de pós-graduação, com foco na interseccionalidade de gênero e raça, foi um desafio, mas também foi enriquecedora. Essa experiência me fez deslocar do lugar de segurança e renunciar a valores construídos a partir do patriarcalismo e da heteronormatividade. Além disso, levou-me a refletir sobre o privilégio que possuo em uma sociedade onde o gênero, assim como a raça, define posições e acessos. Apesar de ser homem preto, atravessado pela experiência de racismo, ainda assim me encontro em vantagem em comparação às mulheres pretas. A pesquisa exigiu um exercício e um esforço intelectual significativos, pois precisei transitar em dimensões de gênero desconhecidas por mim, apesar da trajetória na militância.

De certa forma, a convivência com as mulheres negras e pretas da minha comunidade desde a infância também influenciou minha escolha pela profissão e direcionou minha inserção no mercado de trabalho, o que, por sua vez, acabou me levando a dedicar-me à militância no movimento negro. A experiência e vivência adquiridas no enfrentamento cotidiano contra o racismo forjaram uma identidade resiliente, típica do povo negro, que me levaram até a academia no curso de pós-graduação.

A proposta de pesquisa interseccional nasceu das minhas experiências enquanto homem de cor preta, de classe popular e militante do movimento negro, no qual as mulheres foram e continuam sendo grandes definidoras do meu caminhar, ou seja, a *práxis* me levou a academia.

A pesquisa mostrou que, quando se trata de um grupo específico, como o das mulheres pretas pesquisadas, há quase uma ausência de representatividade nesses espaços. As poucas mulheres pretas existentes são frequentemente invisibilizadas e se sentem sozinhas dentro do espaço universitário. Em cursos culturalmente voltados para o universo masculino, essas ausências se tornam ainda mais evidentes (Autor, ano).

Considerações finais

Acredito que em um texto autoetnográfico não há considerações finais definitivas. Seguimos refletindo sobre nossas vivências, transformando-as em experiências. A vantagem dos textos autoetnográficos é que as verdades não podem ser capturadas apenas na observação de um instante, como sugerem os métodos baseados na corrente do positivismo científico. O autor que constrói uma autoetnografia tem *insights*, ou seja, uma percepção fragmentada da própria história que, à medida que vai sendo construída, compõe um mosaico.

Por meio das ferramentas oferecidas pela autoetnografia negra, eu (autor) pude fazer uma narração autêntica e sincera dos principais episódios de minha vivência ao longo de quase sessenta anos. A experiência narrada e refletida não me torna diferente de outros sujeitos negros e pretos que caminham lutando contra o racismo e outras formas de opressão; muito pelo contrário, ela me une a eles e elas em sua luta constante pelo direito à vida, à liberdade e à igualdade.

Aprendi com as mulheres negras e pretas, no ativismo e na militância, observar o abismo de oportunidades que separa a mulher branca da mulher negra, e homem branco do homem negro em uma sociedade estruturalmente patriarcal, machistas, sexista e racista, que pressupõem a superioridades dos homens em relação ao seletivo grupo de homens brancos. O caminhar, sobretudo ao lado de minhas ancestrais negras e pretas, me fez aderir à luta do feminismo interseccional e outras lutas. Aprendi com elas que todas as lutas por direitos e igualdades são legítimas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2021.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre. RS: Zouk, 2020.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria; ZEFERINO, Jaqueline Cardoso; SILVA, Julius Keniata Nokomo Alves; DA SILVA SOUZA, Mariana. Casa Ganga Zumba e Rede SAPOQUI: Experiências de educação quilombola na Zona da Mata Mineira. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 2, n. 21, 2021. Disponível em: <https://beta.periodicos.ufv.br/RCH/article/view/12994>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: contexto 2000.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

EUCLIDES, Maria Simone; DA SILVA, Joselina. Autoetnografia negra feminista: epistemologias e subjetividades para um currículo antirracista. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], v. 29, n. 67, p. 121 - 136, 2024. DOI: <https://doi.org/10.20435/serieestudos.v29i67.1903>. v29i67.1903. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1903>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FREITAS, Mayanne Julia Tomaz; FELIX, Jeane; CARVALHO. Homens podem ser feministas? O pioneirismo dos estudos de masculinidades no Nordeste do Brasil. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 27, n. 66, p. 861-881, set. 2018. *Epub* 07-Maio-2019. DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v27i66.7013>. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972018000400861&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, n. 10.639/03, 2019, p. 39-62, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In.*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES,

Maria Paula (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013. Cap. 14, p. 413 - 435. Disponível em: <https://temascontemporaneosdotorg.files.wordpress.com/2016/02/boaventura-de-sousa-santos-maria-paula-meneses-epistemologias-do-sul-cortez-editora-2014.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro educador**: Saberes construído na Luta por emancipação. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do movimento negro educador**. Petrópolis, Rui de Janeiro: vozes, 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 28 nov. 2025.

LESSA, Luciana Falcão. O que o racismo fez com você?. **Humanidades e Informação**, v. 7, n. 25, p. 51 - 69, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4907>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo**: da desigualdade a intolerância. São Paulo em Perspectiva, v. 4, n. abr./jun., 1990, p. 51-54, 1990. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02_09.pdf. Acesso em: 09 jan. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RABELO, Livia. **As performances da família Ganga Zumba**: oralidade, práticas e apresentações. In.: 34ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia, 23 a 26 jul. 2024, Universidade Federal de Minas Gerais. **Anais...** Belo Horizonte, p. 01-22. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/34rba_963_21699701_218702.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 987-1004, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8DwmqbJg8ZbFqPCDqbfsWqd/?lang=pt>. Acesso em: 16 de mai. 2024.

ZEFERINO, Jaqueline Cardoso; DE CASTRO, Mônica Messias; DOS PASSOS, Joana Célia. **Grupo Afro Ganga Zumba**: território feminino de luta antirracista na Zona da Mata Mineira. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1608312943_ARQ_UIVO_00bab5d42f473b35f5a1a89541d99d22.pdf. Acesso em: 07 mar. 2024.

A Carnation Among Roses: Experiences and Encounters of a Black Man Built Among Black Women in Motion

Abstract: This article provides an in-depth exploration of the experiences of a Black, deeply melanated individual from childhood to adulthood, culminating in their engagement with intersectional feminism. The analysis is conducted within a collaborative framework and from the perspective of a novice in academia as a master's degree student. The text forms part of my master's dissertation presented to a Graduate Program in Education at a federal university. I employ the methodological approach of Black feminist autoethnography to construct a narrative about the pathway forged by Black women activists residing in a peripheral neighborhood of a city in the interior of Minas Gerais State, as well as about my formation as a Black man – engaged in dialogue and movement with these women. This intertwining of the self, intersectionally shaped by the axes of gender, race, class, and sexuality, reflects the activism of these women, who currently constitute the core of the local Black movement. In this article, I venture to introduce them and position myself as a learner, acting alongside the movement and as an academic researcher under the mentorship of a Black female professor. Through these encounters – ranging from activism to research – my perceptions have converged into analytical and political understanding of racial, gender, class, and sexuality issues. Therefore, this article aims to foster reflection on and about this self – now shaped and in motion – within theoretical, practical, and political contexts in pursuit of racial and gender equality both within and outside academic institutions.

Keywords: Autoethnography. Intersectionality. Black women.

Recebido: 30/05/2025

Aceito: 20/02/2026